







Rede de Combate à Violência contra Profissionais de Imprensa

A sociedade confere à imprensa o dever de ser os seus olhos perante as instituições públicas, as empresas e organizações privadas. Não isoladamente, mas, principalmente, à imprensa. No mundo democrático, este é um pilar, um instrumento de defesa dos ideais transformadores que ajudam a construir a cidadania e o futuro. Em regimes ditatoriais, a atividade jornalística é um dos poucos suspiros que torna possível sonhar.

Ruy Barbosa, em sua obra "A Imprensa e o Dever da Verdade", defende que, sem a imprensa, a sociedade perde parte de sua vida:

"(...) Já lhe não era pouco ser o órgão visual da nação. Mas a imprensa, entre os povos livres, não é só o instrumento da vista, não é unicamente o aparelho do ver, a serventia de um só sentido. Participa, nesses organismos coletivos, de quase todas as funções vitais (...)"

Nos últimos anos, no Brasil, assistimos a uma escalada de ataques que nos colocou entre as nações mais inseguras para o trabalho jornalístico. Os números falam por si. Em 2017, o relatório "Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil", editado pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), registrou 99 ocorrências. Em 2021, a edição do documento viu este número saltar para 430 casos, mantendo um patamar alto em 2022, com 376 registros.

Os dados não representam um fenômeno isolado. Quando olhamos o cenário como um todo, percebemos que o Brasil vem piorando em termos de cidadania. Em outros rankings que medem a qualidade da vida institucional da Nação, o país também retrocedeu nos últimos anos.

No ranking da percepção da corrupção, medido pela ONG Transparência Internacional, o Brasil caiu de 43 pontos em 2014 para 38 pontos em 2022 (quanto mais próximo de zero, pior a situação). Já fomos 63° em 2012 e hoje estamos na 94ª colocação. No ranking da democracia, publicado anualmente pelo grupo da revista The Economist, o país caiu quatro posições no ano passado, no The Democracy Index, em relação a 2021, ficando na 51ª posição entre 167 países. Em 2008, éramos o 41° da fila.

À luz dos números e visando contribuir com a melhoria de um desses índices, que se correlacionam e são interdependentes, a Associação Bahiana de Imprensa (ABI) e o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado da Bahia (Sinjorba) idealizaram a **REDE DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA PROFISSIONAIS DE IMPRENSA** no Estado, coletivo que pretende ajudar no trabalho a ser realizado pelo Observatório Nacional da Violência contra Jornalistas, criado em janeiro passado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

A Rede foi anunciada pelas duas organizações durante audiência pública, em 31 de janeiro de 2023, que debateu o avanço da violência contra profissionais de imprensa na Bahia. Na oportunidade, a ideia foi avalizada por importantes órgãos institucionais, como as polícias Civil e Militar (Secretaria de Segurança Pública), Defensoria Pública do Estado (DPE), Secretaria de Justiça e Direitos Humanos da Bahia e Ministério Público Estadual (MPE). Outras organizações e instituições foram convidadas a compor o coletivo, a exemplo do Ministério Público do Trabalho (MPT-BA), a Ordem dos Advogados do Brasil - seção Bahia (OAB-BA) e a União dos Municípios da Bahia (UPB).

A REDE DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA PROFISSIONAIS DE IMPRENSA se pretende um espaço interinstitucional de engajamento na luta pela proteção dos jornalistas e radialistas no estado. Esta carta define a atuação de cada ente representado, recuperando a necessidade de se fazer prevalecer direitos e garantias constitucionais, por meio de políticas públicas e ações que visem a proteger os profissionais e punir exemplarmente os agressores, com agilidade e na forma da lei.

Em 2022, pelo menos 14 jornalistas baianos foram vítimas de violência no exercício da profissão, sem que tenhamos visto avanço na punição dos responsáveis pelos atos. Neste ano de 2023, até o final de fevereiro, foram registrados pelo menos 5 casos no estado e mais de 60 em todo o Brasil. O exemplo recente mais contundente é o dos agressores de uma equipe da TV Record Bahia, em 16 de janeiro.

Depois de esmurrarem uma repórter - sim, estamos falando de homens agredindo uma mulher - os suspeitos foram "punidos" com o registro de um Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO), numa unidade da Polícia Civil. Aos olhos da lei, o murro que até hoje reverbera na memória da jornalista configura uma mera "infração de menor potencial ofensivo".

E é para pôr fim à impunidade - que serve de caldo de cultura à violência contra profissionais de imprensa - e também garantir um ambiente mais seguro a estes trabalhadores no exercício do seu ofício, que buscamos somar esforços, estreitar laços e cerrar fileiras por meio desta Rede. Um trabalho que abrangerá a atuação desses diferentes atores, cada um cumprindo sua missão e função institucional para o fortalecimento da democracia e avanço da cidadania.

Salvador, 04 de abril de 2023.